



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Bruna Campos Mendes

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL 2002-2022: A
SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS
REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS

Rio de Janeiro

2024

Bruna Campos Mendes

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL 2002-2022: A
SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS
REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como exigência
para obtenção do título de Bacharela em
Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Alexis Saludjian

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

C538p Campos Mendes, Bruna
PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL
2002-2022: A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E
FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS /
Bruna Campos Mendes. -- Rio de Janeiro, 2024.
54 f.

Orientador: Alexis Saludjian.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2024.

1. Teoria Marxista da Dependência . 2.
Superexploração . 3. Mercado de Trabalho no Brasil.
4. Exploração da Força de Trabalho . 5. Flexibilização
de Direitos. I. Saludjian, Alexis, orient. II.
Título.

BRUNA CAMPOS MENDES

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL 2002-2022: A
SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS
REGULAMENTAÇÕES TRABALHISTAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito para
a obtenção do título de Bacharela em Ciências
Econômicas.

Rio de Janeiro, 21/08/2024.

ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA
Doutora em Política Social pela UFES

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço profundamente à minha família, cuja ajuda, seja por meio de conselhos, discussões enriquecedoras ou suporte emocional foram essenciais durante toda a minha jornada acadêmica. À minha mãe e ao meu pai, por sempre buscarem me dar o melhor que podiam. Ao meu irmão e à minha irmãzinha, por seu amor e pelo carinho que me motivam a seguir em frente dia após dia. Por fim, agradeço também à Luna por sua companhia em todos momentos que precisei e sua alegria contagiante que fazem meus dias mais ricos.

Agradeço também aos meus amigos, que desempenharam um papel fundamental ao longo deste processo. Se estou aqui hoje é porque encontrei pessoas muito especiais durante a minha jornada, que me ajudaram a entender melhor a mim mesma e meus objetivos. Sua presença e apoio inabalável foram indispensáveis para a conclusão deste trabalho. Obrigada por sempre acreditarem em mim e oferecerem encorajamento constante em todas empreitadas e ideias em que já embarquei.

Finalmente, um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Dr. Alexis Saludjian, cuja orientação experiente, paciência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento e sucesso deste estudo. Sua expertise e incentivo foram decisivos para a realização deste trabalho.

A todos, meu mais sincero obrigada.

RESUMO

O presente artigo versa sobre a Teoria Marxista da Dependência e os impactos da superexploração dos trabalhadores no Brasil. Em primeiro momento, buscou-se discorrer acerca do surgimento do marco teórico e quais as principais premissas dessa teoria. No segundo capítulo foi elaborada uma análise acerca do mercado de trabalho no Brasil, tentando compreender a ligação entre as mudanças nas relações trabalhistas e o grau de exploração dos trabalhadores. Porém, há uma dificuldade de se obter indicadores concretos que demonstrem categoricamente o movimento da precarização do trabalho, principalmente frente a divergências interpretativas e flexibilização das leis trabalhistas. Nesse sentido, foram usados dados do Banco Mundial, do IBGE e do DIEESE para estipular um proxy para a tendência de exploração da força de trabalho.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; superexploração; mercado de trabalho no Brasil; exploração da força de trabalho; flexibilização de direitos.

ABSTRACT

The present article addresses the Marxist Theory of Dependency and the impacts of the super-exploitation of workers in Brazil. Initially, it seeks to discuss the origination of the theoretical framework and the main premises of this theory. In the following chapter, it was developed an analysis of the labor market in Brazil, aiming to understand the connection between changes in labor relations and the degree of exploitation of workers. However, there is a difficulty in obtaining concrete indicators that categorically demonstrate the trend towards labor precarization, especially in the face of interpretive divergences and the flexibilization of labor laws. In this regard, data from the World Bank, IBGE, and DIEESE were used to establish a proxy for the trend of workforce exploitation.

Keywords: Marxist Dependency Theory; Superexploitation; job market in Brazil; exploitation of the workforce; loosening rights.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: VALOR DE BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS EXPORTADOS EM DÓLARES 2002-2022	22
FIGURA 2: RAZÃO SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO/ SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL NO BRASIL 2002-2022	25
FIGURA 3: TRAJETÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E O SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO NO BRASIL 2001-2022	27
FIGURA 4: PIB PER CAPITA BRASILEIRO COM PARIDADE DE PODER DE COMPRA POR PESSOA EMPREGADA ..	28
FIGURA 5: VARIAÇÃO DO VOLUME DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL 2002-2022	29
FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS (2012-2021)	34
FIGURA 7: HORAS SEMANAIS TRABALHADAS EM PORCENTAGEM, POR PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS NO BRASIL 2012-2022	35
FIGURA 8: TAXA DE VARIAÇÃO DAS HORAS SEMANAIS TRABALHADAS NO BRASIL 2013-2021	36
FIGURA 9: QUANTIDADE DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE POR TIPO DE OCUPAÇÃO NO BRASIL 2012-2022	38
FIGURA 10: TAXA DE VARIAÇÃO DO TIPO DE OCUPAÇÃO DOS BRASILEIROS 2012-2019	38
FIGURA 11: TAXA DE VARIAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO NO BRASIL 2013-2021	41
FIGURA 12: RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO DAS PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL 2012-2020	42
FIGURA 13: RAZÃO ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO DE EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA E OS SEM CARTEIRA ASSINADA NO BRASIL 2012-2020.....	44
FIGURA 14: PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DESEMPREGADA NO BRASIL 2002- 2022	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA - O MARCO ANALÍTICO PARA A DISCUSSÃO	12
2.1. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	14
2.2. DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	16
3. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO 2002-2022	21
3.1. CONTEXTO ECONÔMICO DO PAÍS E DO MERCADO DE TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	21
3.2. TRANSFORMAÇÕES DAS CONDIÇÕES TRABALHISTAS NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	24
3.3. TRANSFORMAÇÕES DAS CONDIÇÕES TRABALHISTAS NO BRASIL DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA (2012-2022)	33
4. CONCLUSÃO.....	48
5. REFERÊNCIAS:	51

1. Introdução

De acordo com a teoria econômica liberal, o mercado funciona como uma ferramenta de desenvolvimento social, seria através da concorrência que as sociedades conseguiriam prosperar e crescer. Isso ocorre ao passo em que cada participante desse mercado se especializaria em um produto específico e essa distinção possibilitaria uma dinâmica de trocas capaz de gerar lucros e ganhos para os participantes. Dessa forma, a visão defendida por autores dessa corrente é a de que a abertura comercial é favorável para todos países, promovendo ganhos para a humanidade como um todo.

Ainda segundo essa vertente, o sistema de trocas entre as mais distintas populações seria capaz de reduzir, ou mesmo dizimar, as diferenças dos termos de trocas entre os países capitalistas no longo prazo. O trabalho de David Ricardo argumenta que mesmo em situações em que não há vantagens absolutas, o comércio entre os países será favorável para as duas nações, pelo conceito das vantagens comparativas¹.

A visão desenvolvimentista elaborada no pós-Segunda Guerra Mundial pela CEPAL representou uma alternativa significativa ao liberalismo econômico, oferecendo uma análise mais crítica das estruturas econômicas globais e das necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Enquanto o liberalismo promovia a liberalização econômica e a redução da intervenção estatal, a CEPAL defendia uma abordagem mais intervencionista e estruturada, com ênfase na superação da dependência e na promoção do desenvolvimento industrial e social. Ademais, a visão cepalina ainda argumenta que com um grau maior de intervenção estatal, de medidas sociais e de investimento estrangeiro seria possível que os países latinoamericanos superassem o subdesenvolvimento no contexto capitalista.

Naturalmente, para formar o capital necessário à industrialização e ao progresso técnico da agricultura, não parece indispensável refrear o consumo das grandes massas, que em geral é extremamente baixo. Além da poupança atual, seria possível

¹ Ver Ricardo, David em: “Princípios da Economia Política e Tributação”, 1817.

que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento imediato da produtividade por trabalhador. (Prebisch, 2000,77)

Como contraponto à visão reformista do desenvolvimento capitalista proposto pela CEPAL, a Teoria Marxista da Dependência surgiu no final dos anos 1960s como uma resposta crítica às abordagens dominantes do desenvolvimento econômico e às desigualdades persistentes entre países centrais e periféricos. Esse marco teórico se baseia na teoria marxista, que analisa a economia global através da lente das relações de poder e exploração da força de trabalho.

Segundo a Teoria Marxista da Dependência, as periferias globais acabam desempenhando um papel fundamental em relação a suprir a produção de matérias-primas e meios de subsistência a um valor inferior aos países desenvolvidos. Tal contexto geraria, em tese, um desestímulo aos capitalistas das periferias frente a uma redução dos lucros obtidos no mercado internacional. O que Marini (1973) observa, no entanto, é que na prática esse paradigma não se concretiza, uma vez que o modo de produção capitalista das periferias tende a manter a taxa de mais-valia e a acumulação de capital por meio de um incremento da produtividade do trabalho.

De acordo com a Teoria Marxista da Dependência, a grande indústria moderna dos centros só pode se expandir ao passo em que ocorra um barateamento da mão-de-obra nos países periféricos. Nesse sentido, a principal hipótese dessa abordagem é que a organização do comércio mundial contribuiu para uma superexploração dos trabalhadores no Brasil, mesmo sob condição de país “independente”.

Sob essa ótica, o presente trabalho buscará contribuir para uma melhor compreensão da extensão dos impactos da dependência do Brasil em relação aos trabalhadores do país; assim como ampliar o debate para a persistência da relação do subdesenvolvimento e a precarização da vida dos trabalhadores, mesmo em ciclos econômicos positivos.

Nos últimos 20 anos, o mercado de trabalho no Brasil foi marcado por períodos de crescimento econômico e de recessão, com consequências significativas para o emprego e a distribuição de renda. Nesse sentido, é possível ressaltar algumas políticas e acontecimentos que impactaram o bem-estar dos brasileiros nesse período. O que se propõe nesse trabalho é avaliar quais desses resultados foram mais persistentes e como isso seria interpretado à luz da Dialética da Dependência.

A pesquisa a ser feita pretende trazer alguns elementos para tentar compreender em que medida houve ascensão das condições de vida dos trabalhadores e quais desses fatores tiveram o maior impacto para essa realidade. Sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, deve-se abordar as seguintes questões no trabalho: o combate a desigualdade pode ser feito sem alteração na estrutura de produção? No caso brasileiro, esse resultado se mostrou verdadeiro? Qual a tendência para o grau de exploração dos trabalhadores? Como a legislação e as Instituições tem agido em relação à proteção ao trabalhador?

O estudo será feito a partir de uma revisão bibliográfica da literatura e posteriormente uma investigação de alguns dados macroeconômicos e indicadores sociais que sejam relevantes para a avaliação do desempenho do Brasil no período de 20 anos que será investigado. As principais fontes de dados a serem usadas no presente trabalho são do Banco Mundial, IBGE e DIEESE. Com isso, será possível analisar as premissas teóricas através de uma série de indicadores que permitam quantificar, mesmo que com um certo grau de abstração, a tendência da exploração da força de trabalho no Brasil.

A partir disso, se terá algumas das ferramentas necessárias para compreender melhor as relações trabalhistas no país e como elas são moldadas dentro do sistema capitalista global. A questão mais complexa e fundamental que buscará ser abordada será referente a possibilidade de desenvolvimento social do Brasil frente a esse cenário e/ou quais seriam os principais entraves a serem superados para tal.

No Capítulo 2, “A Dialética da Dependência - O Marco Analítico para a Discussão”, será explorado o pano de fundo teórico do estudo, detalhando os principais conceitos e definições que serão utilizados ao longo da pesquisa. Esse capítulo está dividido em duas subseções; a primeira aborda a inserção da visão marxista para a compreensão da relação de dependência; e, a segunda trata das consequências dessa estrutura do capitalismo global para os trabalhadores dos países periféricos.

Em seguida no Capítulo 3, “O Mercado de Trabalho Brasileiro 2002-2022”, teremos a análise da aplicação da Teoria Marxista do Desenvolvimento no cenário brasileiro. Esse trecho está dividido em três subseções; a primeira discorre sobre o contexto da economia antes do período analisado afim de estabelecer um ponto de início. A segunda subseção, por sua vez, se trata de uma análise teórica e prática da exploração da força de trabalho dentro da primeira década do período estudado. Finalmente, a terceira subseção buscará trazer o estudo prático e teórico da segunda década do período estudado, assim como uma reflexão acerca da efetividade das mudanças ocorridas, em ambos períodos analisados.

Por fim, a conclusão do trabalho deverá apontar quais resultados foram obtidos durante a pesquisa, assim como tentar responder em que medida as hipóteses iniciais levantadas puderam ser contempladas.

2. A Dialética da Dependência - O Marco Analítico para a Discussão

Conforme explicado na introdução do trabalho, de acordo com a corrente de pensamento liberal predominante, a questão do subdesenvolvimento na América Latina é tida como momentânea ou transitória, ou seja, que esses países apenas estão em uma etapa inicial do seu desenvolvimento capitalista. No entanto, com o passar das décadas, mesmo com a inserção desses países no mercado internacional, foi se tornando mais evidente que essa diferença do nível de desenvolvimento das forças produtivas entre as economias periféricas e os centros do comércio global tendia a se manter e até aumentar.

No ano de 1948, foi fundada a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região da América Latina². A CEPAL foi criada em um momento em que a economia global estava sendo reconfigurada após a Segunda Guerra Mundial. O cenário internacional estava marcado por uma crescente divisão entre os blocos de influência dos Estados Unidos e da União Soviética, e as economias da América Latina estavam tentando encontrar seu lugar em um mundo em transformação. Essa organização juntou economistas, políticos e intelectuais para tentar compreender o fenômeno que ocorria na região, assim como medidas para enfrentar os entraves do subdesenvolvimento.

A análise elaborada por essa comissão constatou que as economias da América Latina eram caracterizadas por profundas desigualdades sociais e econômicas, resultantes de estruturas históricas e sociais, que não estavam sendo abrangidas pelos pensadores da época e que são fundamentais para entender a região.

A típica escassez de poupança, em grande parte da América Latina, não provém apenas dessa margem estreita, mas também de sua utilização inadequada, em casos

² Ver "História da Cepal". Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/sobre/historia-cepal#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20para%20a,tanto%20dentro%20como%20fora%20da>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

muito frequentes. A poupança significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com algumas formas peculiares de consumo em grupos de renda relativamente alta. As grandes disparidades da distribuição da renda podem ser e têm sido, historicamente, um fator favorecedor da acumulação de capital e do progresso técnico. (Prebisch, 2000,109)

Sob essa ótica, o diagnóstico que se teve foi que a falta de um mercado interno significativo, dado os níveis extremos de desigualdade, era um dos principais entraves para o desenvolvimento latinoamericano, havia uma vasta heterogeneidade estrutural e social que caminhava em sentidos diferentes. Em razão disso, a proposta elaborada buscava viabilizar um desenvolvimento autônomo, que buscasse formas de crescimento que fossem sustentáveis e socialmente inclusivas, com intervenção do Estado em setores essenciais.

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos de transformação significativa na América Latina, marcadas por processos intensos de industrialização e desenvolvimento econômico. Porém, apesar do crescimento econômico considerável da região, os países latinoamericanos continuavam a apresentar altos índices de pobreza e desigualdade, mesmo em lugares que adotaram o modelo de crescimento estrutural defendido pela CEPAL. Nesse contexto, a Teoria Marxista da Dependência surge como uma teoria crítica do desenvolvimento capitalista, que incorpora a visão marxista para a economia mundial.

A Teoria Marxista da Dependência argumenta que o desenvolvimento econômico dos países centrais ocorre às custas da exploração dos países periféricos. A dependência se refere a uma relação econômica onde os países periféricos são explorados pelos países centrais, resultando em um ciclo de subdesenvolvimento e desigualdade. Segundo essa teoria, o sistema capitalista global cria uma divisão entre países centrais e periféricos; os países centrais se beneficiam da extração de recursos e da exploração da força de trabalho nos países periféricos, perpetuando um estado de subdesenvolvimento e dependência nos periféricos.

Além disso, a teoria também enfatiza que a acumulação capitalista leva a crises econômicas periódicas, que afetam desproporcionalmente os países periféricos. Isso ocorre uma vez que esses países são mais vulneráveis a crises globais e menos capazes de se recuperar

devido à sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho. A Teoria Marxista da Dependência argumenta que o sistema capitalista global possui uma estrutura acumulativa intrinsecamente desigual e exploradora.

Nesse sentido, a solução para o desenvolvimento para os países latinoamericanos seria mais complexa e demorada, necessitando de uma mudança fundamental na estrutura econômica e política global. O presente trabalho fará uso desse marco teórico para abordar a questão trabalhista no Brasil.

2.1. A Teoria Marxista da Dependência

De acordo com a Teoria Marxista da Dependência, a relação dos países latinoamericanos com os países de "primeiro mundo" trata-se de uma consequência do processo histórico de ocupação e exploração que ocorreu durante o período colonial e continua a ser perpetuada atualmente no sistema econômico global.³ Isso ocorre uma vez que os países periféricos foram incorporados ao modo de produção capitalista de forma tardia⁴ e desigual, tendo seus recursos naturais explorados e sua produção direcionada para atender às demandas dos países centrais.

A investigação histórica demonstra que o desenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. Além disso, essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade à escala global. (Frank, 1968, 2)

Nesse sentido, a incorporação de colônias ao sistema de trocas, condicionou essas regiões a um desenvolvimento parcial, que para o benefício de algumas elites locais, continuou

³ Existe um grande arcabouço teórico que não será abordado em sua totalidade no presente trabalho, mas é válido mencionar alguns autores conceituados que são importantes para a Teoria Marxista da Dependência. Alguns deles são: Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Marcelo Dias Carcanholo.

⁴ Há um profundo debate acerca da inserção tardia nos países periféricos, uma vez que eles já eram parte do sistema de trocas internacionais previamente. Apesar de não estar em primeiro plano nesse trabalho, é recomendado uma pesquisa acerca do tema para uma compreensão maior do assunto.

perpetuando as condições desiguais de troca. Além disso, os países periféricos são frequentemente dependentes de investimentos estrangeiros, tecnologia e conhecimento provenientes dos países centrais, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade.

Transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas - o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isso implica que as nações menos favorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. (Sader, 2000, 121)

Segundo a Teoria Marxista da Dependência, há uma transferência de valor que ocorre no sentido dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos, em razão de condições de intercâmbio desigual. Esse fenômeno se dá uma vez que, as nações com maior gama produtiva acabam tendo um controle de mercado superior àquelas que estão mais restritas a commodities, tendo, portanto, mais impacto sobre os preços de mercado. Com isso, as nações com uma limitação maior em sua estrutura produtiva, geralmente as subdesenvolvidas, desempenham um papel maior de price-taker.

As evidências empíricas sobre o comércio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos indicavam, dentre outros aspectos, que havia uma tendência à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados por esses últimos (Nogueira, 2021, 39)

Os teóricos da dependência argumentam que os países periféricos foram absorvidos pelo sistema econômico global de forma desigual, tendo seus recursos naturais explorados e sua produção direcionada para atender às demandas dos países centrais, não importando então, a criação de um sistema de produção interno que suprisse a demanda local. Isso conferiu um cenário em que o consumo dos grupos sociais mais abastados estivesse fortemente ligado a importações, enquanto o consumo de grupos sociais mais marginalizados, como o dos trabalhadores, estivesse muito limitado a uma produção interna altamente restrita.

Além disso, um outro argumento que é levantado pela dialética da dependência é de

que os países periféricos são frequentemente dependentes de investimentos estrangeiros, tecnologia e conhecimento provenientes dos países centrais, o que acaba por os colocar em uma posição de vulnerabilidade. Essa dinâmica é considerada prejudicial aos países periféricos, uma vez que ela restringe a capacidade de desenvolvimento autônomo dessas regiões a apenas refletir as tendências dos centros capitalistas.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado pelas mercadorias. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de intercâmbio, e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (Marini, 1973, 9)

Dessa forma, os teóricos dessa corrente argumentam que os países centrais exercem um controle sobre a economia global e acabam por impor condições de comércio desfavoráveis aos países periféricos. Essa relação seria responsável pela manutenção de termos de comércio desiguais, o mecanismo de alimentação da superexploração dos trabalhadores periféricos, a exploração dos recursos naturais a preços baixos e a imposição de políticas econômicas favoráveis aos interesses dos países centrais.

Em resumo, a teoria da dependência busca analisar as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos sob a perspectiva da desigualdade e da exploração. Essa relação não se limita apenas ao aspecto econômico, visto que a influência dos países desenvolvidos também engloba dimensões políticas e culturais, moldando as instituições políticas, valores culturais e estruturas sociais dos países periféricos de acordo com seus interesses.

2.2. Dialética da Dependência e a Exploração da Força de Trabalho

O conceito chave para que haja a transferência desigual entre os países periféricos e os centros

comerciais globais está na transferência de mais-valor de um para o outro, o que significa que há uma parte do trabalho gerado nos países subdesenvolvidos que é apropriada pelos países desenvolvidos.

Para ilustrar esse fenômeno de uma forma mais compreensível, é necessário discorrer acerca da relação estabelecida entre a taxa de mais-valor e a taxa geral de lucro. De acordo com a obra de Marx, o sistema capitalista realmente competitivo tem intrínseco uma tendência progressiva da queda da taxa de lucro, porém essa tendência pode ser revertida com um aumento do mais-valor extraído do trabalho.

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (Marx, 2017, 148)

Sob essa ótica, tem-se que para que ocorra um avanço da dinâmica capitalista junto com uma manutenção ou até mesmo um aumento das taxas de lucro, é necessário que haja um certo crescimento constante do grau de exploração do trabalho. É importante salientar que esse grau de exploração não é uniforme em todo o mundo, ele depende de muitos fatores históricos, políticos e socioeconômicos para ser estabelecido. Por isso, torna-se essencial analisar em quais contextos e como aconteceu a implementação da dinâmica do capitalismo em cada região.

O capitalismo consolida-se na Europa com a produção para o mercado interno. Na América Latina, surge para atender às necessidades do capitalismo europeu, cuja Revolução Industrial passava a demandar suprimentos abundantes de matérias-primas e alimentos baratos. Se, por um lado, tanto na Europa como na América Latina o processo de acumulação primitiva foi marcado pela violência, houve, por outro lado, diferenças marcantes. Em um contexto fabricou-se fabricantes, enquanto no outro as oligarquias vincularam-se ao papel subordinado que coube à economia exportadora, dentro da divisão internacional do trabalho. (Luce, 2018, 87)

Pode-se deduzir, portanto, que a inserção tardia e insubordinada dos países latinoamericanos no fluxo de capitais do sistema capitalista global gerou uma série de

descompassos em relação aos países centrais dessa dinâmica. A relação estabelecida previamente como colonial para a geração de insumos básicos para o comércio mundial é mantida e a posição que a América Latina tinha na divisão internacional do trabalho se mantém, ainda que sob uma nova roupagem interna.

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. (Marini, 1973, 5)

Essa dinâmica descrita representa uma transferência de mais-valor, que segundo Camilla dos Santos Nogueira (2021), promove uma desaccumulação de capitais nos países dependentes visto que "a riqueza produzida internamente é apropriada por capitais externos". Tal fato leva os capitalistas das periferias a adotarem um mecanismo de compensação das perdas geradas pelos ciclos do capital internacional, que se dá pela maior exploração dos trabalhadores, para a manutenção das taxas de lucro internas. Esse sistema por si só, gera uma manutenção das disparidades entre as esferas distintas de produção, como a heterogeneidade estrutural e social dentro dos países periféricos.

Além disso, argumenta-se que os países subdesenvolvidos, como o Brasil, precisam ter algum tipo de diferencial para atrair esse capital estrangeiro que poderia ser aplicado de outra forma no próprio país desenvolvido ou em outras esferas que gerem uma boa remuneração. Para que isso ocorra, muitas das vezes quando um país central se propõe a doar ou investir em países subdesenvolvidos lhes é oferecido, em troca, uma recompensa maior pelo risco. Essa recompensa deve ser paga através de uma geração de lucros exorbitantes, que, quando não acompanhada de um programa de estruturação e crescimento da economia desfavorecida, corrobora para a superexploração dos trabalhadores.

No caso do Brasil, a baixa remuneração oferecida à força de trabalho e a abundância de matérias-primas e terras são condições econômicas decisivas para a atração de capitais. [...] Contudo, sob a ordem da mundialização financeira, o Brasil destaca-se pela política monetária de altas taxas de juros, oferecendo rentabilidade elevada a capitais de curto prazo. Dessa forma, deve-se considerar o esforço econômico

realizado pelo Brasil para estar em disputa por capitais estrangeiros e ser um polo de atração de investimentos estrangeiros no mercado mundial. (Nogueira, 2021, 63)

Seguindo esse raciocínio, um fator que funciona como um dificultador para a atração de capitais estrangeiros e para o aumento do lucro do capital é a lei trabalhista, que determina direitos básicos para os funcionários. Esse obstáculo burocrático, por determinar um nível mínimo, “dificulta” a mobilidade de capitais e a alocação “ideal” dos fatores de produção, visto que a existência de um salário básico e de auxílios aos funcionários aumentam o custo do trabalho.

No entanto, o capital acaba buscando brechas para a flexibilização ou o barateamento da força de trabalho para obter as taxas crescentes de lucro, independentemente do que se tem estabelecido como “piso” para a determinação do emprego. Nesse sentido, há um crescimento do trabalho informal e até mesmo mudanças nas definições dos contratos que possibilitam que os produtores consigam ter seu preço de salário menor do que o definido legalmente, mesmo que às custas dos trabalhadores.

Ainda que o trabalho informal opere à margem da legislação, não é incomum que parâmetros do ordenamento jurídico sejam utilizados como “farol” ou “referência” dos contratos informais. Ora, se as condições de uso e remuneração da mão de obra flexibilizam-se nos contratos formais, é razoável imaginar que os contratos informais acompanhem ou ampliem ainda mais o poder de definição das regras por parte do empregador. Sem representação sindical ou, ao menos, regras mais protetivas para “balizar” as relações informais, os trabalhadores tendem a ser submetidos a um grau mais alto de exploração do trabalho (Valadares et al, 2017, 98)

Esse processo de barateamento da força de trabalho é explicado no trabalho de Marini (1973) como uma superexploração dos trabalhadores periféricos, o autor argumenta que a lógica capitalista imposta pelos grandes centros se apropria de mais-valor produzido nos países subdesenvolvidos. Ainda no mesmo ensaio, o autor identifica que existem três mecanismos que colaboram para o modelo de produção estabelecido na periferia global são eles: a expropriação de parte do trabalho necessário para a reposição da força de trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Marini, 1973, 13)

O trabalho a ser elaborado busca abordar a questão da dependência do Brasil, em relação aos grandes centros globais e como isso impactou as condições de exploração dos trabalhadores nas últimas duas décadas. No próximo capítulo será apresentado dados acerca do mercado de trabalho brasileiro nesse período e haverá também um aprofundamento do debate acerca do que as mudanças de políticas e de cenários representaram para as relações de trabalho.

3. O Mercado de Trabalho Brasileiro 2002-2022

Como explicado no capítulo anterior, a Teoria da Dependência aponta para uma relação de transferência de mais-valor da periferia em direção aos centros globais. Ademais, um dos mecanismos que permitem essa transferência é o alto grau de exploração do trabalho nos países latinoamericanos. No presente capítulo, será analisado os últimos 20 anos da economia brasileira, com foco nos impactos que os eventos tiveram no mercado de trabalho, ao fim se pretende avaliar se as premissas da Teoria da Dependência Marxista podem se confirmar no contexto estudado.

3.1. Contexto Econômico do País e do Mercado de Trabalho no Início do Século XXI

Durante a primeira década dos anos 2000, o Brasil vivenciou um período de considerável crescimento econômico, em um cenário de nova moeda e recente estabilização da economia, houve um boom das commodities que favoreceu consideravelmente as exportações do país. Além disso, houve uma outra fonte de ampliação econômica que se deu, em parte, pelo aumento dos investimentos em setores como construção civil, indústria e serviços⁵.

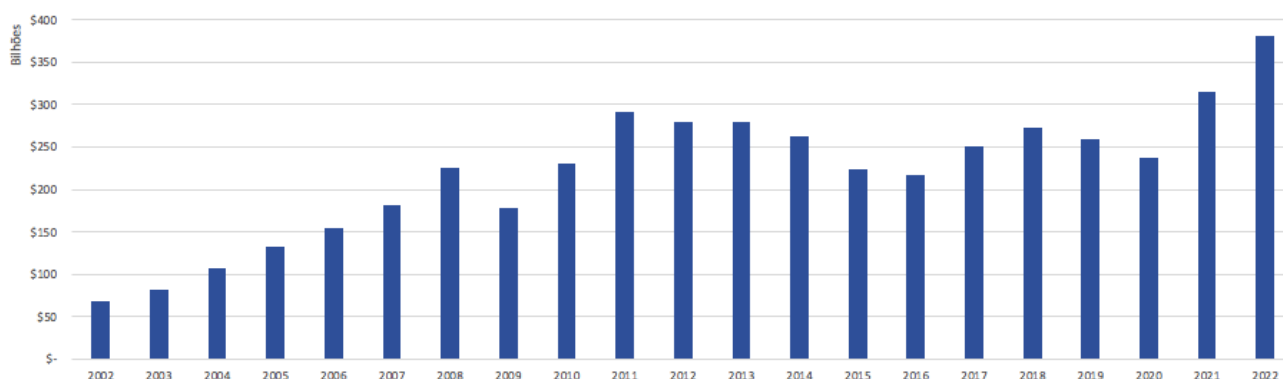
No contexto histórico da economia brasileira, o início do século XXI foi marcado por expectativas positivas acerca da situação do país, após décadas de instabilidade inflacionária, o Brasil conseguira estabilizar sua economia. Esse fato se deu após a implementação do Plano Real, em 1994, que conseguiu controlar a hiperinflação com a introdução de uma nova moeda, o Real.

⁵ "A economia brasileira desde o início dos anos 2000, com a chegada do presidente Lula e do PT ao poder, destaca-se do período anterior com elevado crescimento. Entre 2004 e 2008, esta evolução foi impulsionada, externamente, pelo ciclo ascendente dos preços das matérias-primas e pela forte procura da economia chinesa e, internamente, pela demanda do mercado interno (aumento do consumo, sobretudo devido a uma política ativa de aumento do salário mínimo, transferências monetárias e também investimento público no setor industrial)" (Razafindrakoto et al, 2022). Tradução própria.

Além da criação de uma nova moeda, o Plano Real contou com diversas etapas diferentes, passando por cortes nos gastos públicos, privatizações e a indexação da economia ao dólar americano. Em relação à economia internacional, o Brasil buscou uma maior integração com a economia global, promovendo a abertura comercial e incentivando os investimentos estrangeiros.

Nesse sentido, os setores voltados para o mercado externo, como agricultura, mineração e serviços tiveram uma melhora de desempenho considerável. No gráfico a seguir é possível ver a evolução crescente do valor das exportações brasileiras entre os anos de 2002 e 2022.

Figura 1: Valor de Bens e Serviços Brasileiros Exportados em Dólares 2002-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Essa abertura resultou em um aumento no comércio internacional e na entrada de capital estrangeiro em setores como indústria automobilística, tecnologia e energia. Além disso, nesse período a economia brasileira também se beneficiou do aumento dos preços das commodities e uma significativa expansão do consumo interno que se deu por dois fatores: o aumento do emprego e a implementação de programas sociais.

Em relação ao quadro social do início dos anos 2000, houve uma melhora nas condições de vida de classes mais baixas; houve um aumento significativo do emprego no

Brasil, somado com medidas governamentais, com maior ênfase nas políticas sociais, em especial as medidas voltadas para a redução da pobreza. Todavia, apesar do crescimento do emprego formal, a informalidade ainda era uma realidade expressiva no mercado de trabalho brasileiro; um grande número de trabalhadores ainda atuava em empregos informais, sem carteira assinada e sem os benefícios e proteções trabalhistas correspondentes.

Durante os anos de 2002-2014, o desemprego e a informalização caíram concomitantemente. A dinâmica do mercado de trabalho neste período é atípica em todos os aspectos: tanto pela duração quanto pela extensão das melhorias observadas; e pela legibilidade dos mecanismos em funcionamento. (Razafindrakoto et al, 2023,3)

Além disso, mesmo quando avalia-se o pequeno período de redução da taxa de informalidade, tem-se que as condições de vida dos trabalhadores não apresentaram uma melhora significativa. Segundo o artigo "A Problemática do Dimensionamento da Informalidade na Economia Brasileira" de Mauro Oddo Nogueira acerca desse tema:

Apesar de uma evolução positiva que faz com que a economia informal represente uma parcela cada vez menor do conjunto da economia nacional, essa segue incorporando um contingente cada vez maior de trabalhadores, que permanecem condenados às vicissitudes do trabalho precário e que continuam incapacitados de gerar riqueza nos níveis que seriam necessários para a universalização do bem-estar social. (Nogueira, 2016, 34)

Somado a isso, um outro fator que deve ser levado em consideração sobre as condições trabalhistas é que o mercado de trabalho no Brasil ainda enfrentava desafios relacionados à desigualdade de renda. De acordo com Saboia e Hallak (2018), no período de 2004 a 2013 o aumento do salário mínimo representou diferentes níveis de elasticidade de rendimentos de trabalho conforme os diferentes estratos sociais.⁶

Conclui-se então que embora o crescimento econômico tenha proporcionado melhorias para muitos trabalhadores, a distribuição da renda permanecia concentrada, com uma parcela significativa da população recebendo salários baixos e enfrentando condições

⁶ Para mais detalhes sobre essa pesquisa ver SABOIA e HALLAK.

precárias de trabalho. Nesse capítulo serão abordados os principais marcos do período estudado para as condições de trabalho e bem-estar dos trabalhadores brasileiros.

3.2. Transformações das Condições Trabalhistas no Brasil Durante a Primeira Década do Século XXI

No início dos anos 2000, o Brasil estava vivenciando um período de significativa transição econômica e política, além do cenário de estabilização monetária houve também a ascensão de um governo de centro esquerda ao poder, sob a liderança de Lula. Com isso, foram adotadas mais medidas sociais e de redução de desigualdade do que nos períodos anteriores. Nesse trecho do trabalho, serão avaliados alguns resultados dessas mudanças para as condições de trabalho e para a estrutura acumulativa do país.

Lançado em 2003, o Bolsa Família foi um programa de transferência de renda que teve um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida de muitos brasileiros. Essa medida ajudou a combater a desigualdade social e teve influência no mercado de trabalho, uma vez que proporcionou um alívio financeiro para as famílias mais pobres.

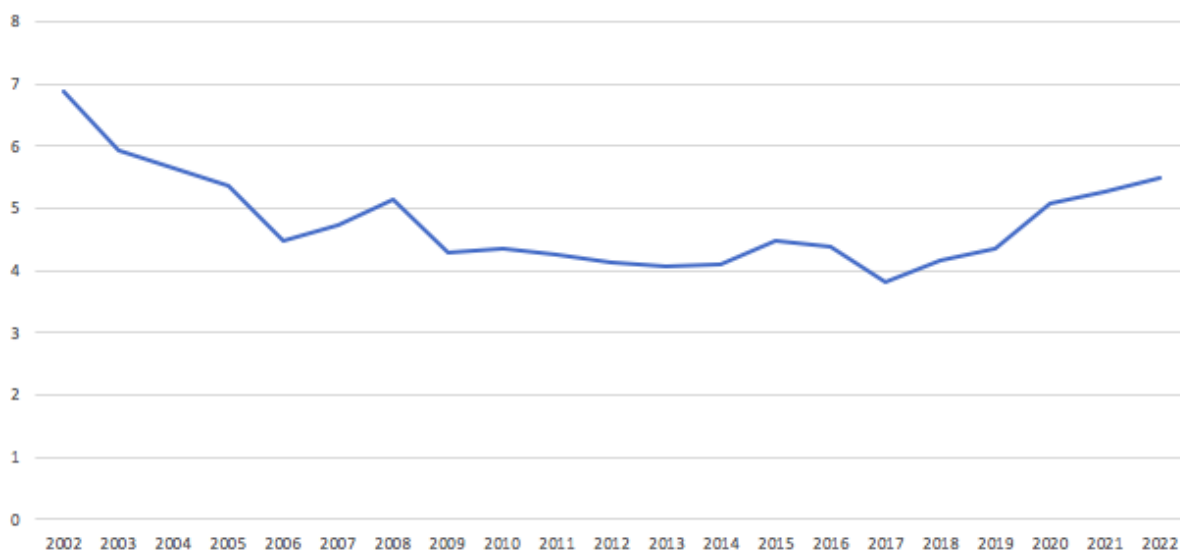
Os bons resultados de crescimento do PIB durante o primeiro mandato de Lula permitiram – como raramente aconteceu na história do Brasil – uma melhoria notável no mercado de trabalho, um claro aumento do salário mínimo e uma redução da informalidade. As decisões políticas relativas à assistência para trabalhadores rurais e especialmente aos programas de transferência como o Bolsa Família tiveram, em conjunto, um efeito positivo para uma proporção significativa de pessoas até então excluídas do sistema de proteção do trabalho.⁷ (Razafindrakoto et al, 2022)

O período que se segue a implementação desse programa é marcado por uma melhoria das condições de vida das classes menos abastadas, havendo inclusive um aumento do salário mínimo. No gráfico abaixo, tem-se o salário mínimo necessário (tendo como base o cálculo do DIEESE) dividido pelo salário mínimo legal. Nesse sentido, uma fração menor representa

⁷ Tradução própria.

um indicador de melhora nas condições trabalhistas, enquanto uma fração com valor maior significa que há uma diferença maior entre esses dois indicadores, sendo um cenário de maior exploração dos trabalhadores.

Figura 2: Razão Salário Mínimo Necessário/ Salário Mínimo Nominal no Brasil 2002-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE.

Tendo como base o gráfico acima, é possível identificar que na primeira década do período estudado (entre 2002 e 2012) há uma tendência de redução da diferença entre o Salário Mínimo Necessário e o Salário Mínimo Nominal, exceto no período da crise financeira global de 2008. É possível observar que a razão analisada se inicia em uma proporção de 7 para 1 em 2002, tendo uma redução mais significativa no período até 2006, a partir de 2009 a razão entre os dois indicadores acaba se estagnando em uma proporção de 4 para 1.

O que se pode inferir a partir dos dados analisados é que a tendência de redução observada no período não chega a igualar ambos valores, e, inclusive, é revertida após um período de estagnação. Isso representa que mesmo nesse período de considerável progresso dos indicadores sociais, o processo de superexploração do trabalho não foi eliminado, ele se

manteve mesmo com o progresso dos indicadores sociais.

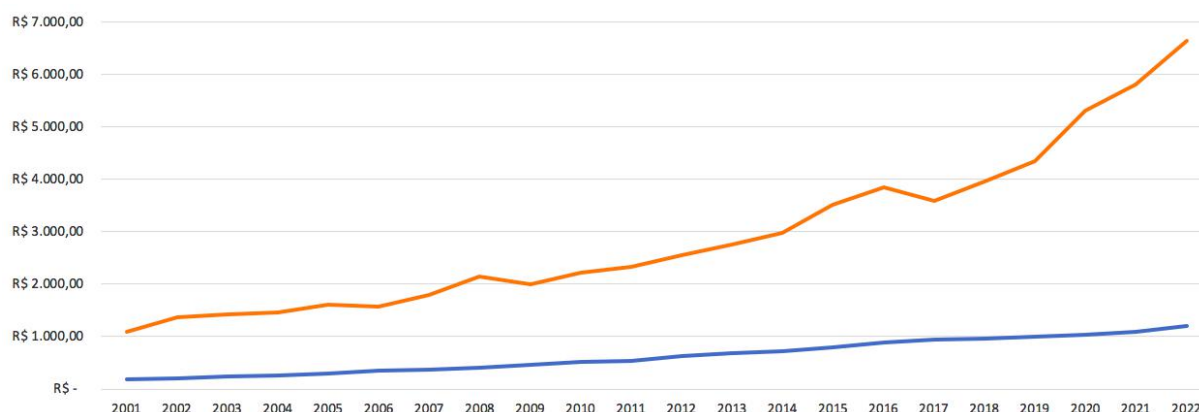
Após a crise financeira global de 2008, a economia do país sofreu uma desaceleração, resultando em aumento do desemprego e redução da demanda por trabalho. Muitas empresas enfrentaram dificuldades financeiras e adotaram medidas de redução de custos, incluindo demissões.

No processo de desaccumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração do trabalho. Dessa forma, o reflexo das oscilações econômicas, a partir da entrada do país na mundialização financeira, é a intensificação da precarização do trabalho. (Nogueira, 2021, 127-128)

No gráfico abaixo pode-se notar mais claramente pelos valores em reais, um aumento significativo da distância entre o Salário Mínimo Nominal para o Salário Mínimo Necessário. Essa tendência que é continuada nos anos que se seguem representa uma retomada do processo de superexploração dos trabalhadores brasileiros.

De acordo com a definição proposta por Marini (1973) o processo descrito entraria na categoria de expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Isso ocorre uma vez que os trabalhadores recebem cerca de 25% ou menos do que é considerado necessário para alcançar um patamar mínimo de reposição de sua força de trabalho.

Figura 3: Trajetória do Salário Mínimo Nominal e o Salário Mínimo Necessário no Brasil 2001-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE.

Considerando a Teoria de Dependência Marxista, o movimento ocorrido no período do início desse século pode parecer contraditório, mas na verdade o que os dados apontam é que a redução do nível de exploração foi momentânea. Uma vez que o ciclo de crescimento dos anos 2000-2010 representou uma tendência que não é duradoura, a redução da desigualdade não só deixa de seguir o curso, como há uma reversão dessa tendência para uma retomada do aumento da exploração do trabalho.

A elevação dos rendimentos reais do trabalho, associada às quedas das taxas de lucro [...] possibilitou um período atípico, em que foi possível configurar um “jogo de ganha-ganha” entre as classes – um tipo de coalizão instável entre as burguesias (industrial, financeira e agrícola) e os sindicatos. (Pinto et al, 2019, 118)

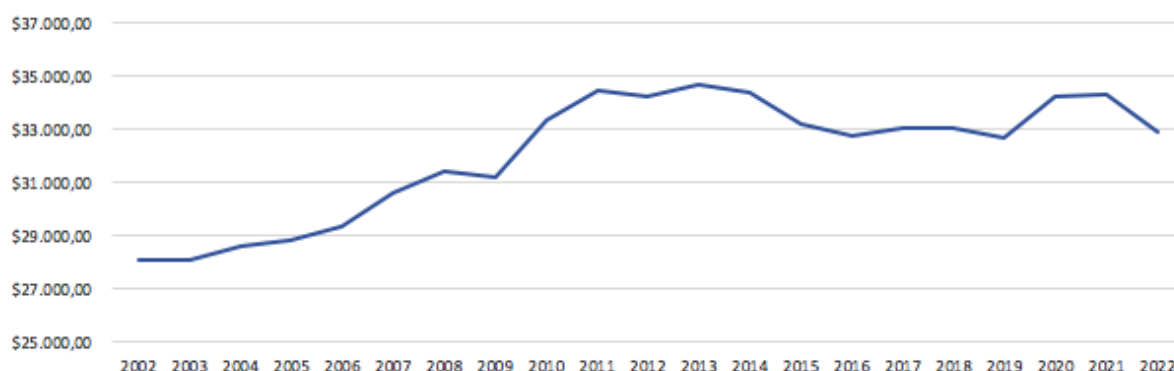
Ademais, deve-se considerar que durante o período de 2002-2010 houve uma melhora considerável também pelo fato de que o período anterior contou com uma crise econômica e com os resquícios da ditadura militar. Acerca da década de 1990, a análise feita em (Razafindrakoto et al, 2023) é de que houve um aumento latente da taxa de desemprego e, concomitantemente, houve também um aumento nos níveis de informalidade no país.

Nesse contexto, os direitos trabalhistas já estavam bastante flexibilizados, o sistema

de exploração específico do capitalismo dependente brasileiro já era muito avançado, a produção interna era extremamente dependente do mercado internacional e o capital externo passara a ser dominante para o investimento no país. Nesse sentido, mesmo com uma melhora considerável nas condições de vida dos trabalhadores nessa primeira década avaliada, as mudanças promovidas nesse tempo não foram capazes de gerar uma melhora estrutural no processo acumulativo.

Quando se observa a trajetória do PIB per capita com Paridade de Poder de compra por pessoa empregada, como no gráfico a seguir, vemos que houve um aumento ínfimo dessa razão. Esse resultado pode servir como um indicador de que o valor da força de trabalho cresceu de forma tímida nos 20 anos analisados, saindo de cerca de \$28.000,00 por trabalhador no ano de 2002 e atingindo cerca de \$33.000,00 no ano de 2022. Isso representa uma taxa média de um aumento de \$478,09 por ano, ou uma variação média de mais 0,7% em relação aos 12 meses anteriores.

Figura 4: PIB per capita Brasileiro com Paridade de Poder de Compra por Pessoa Empregada



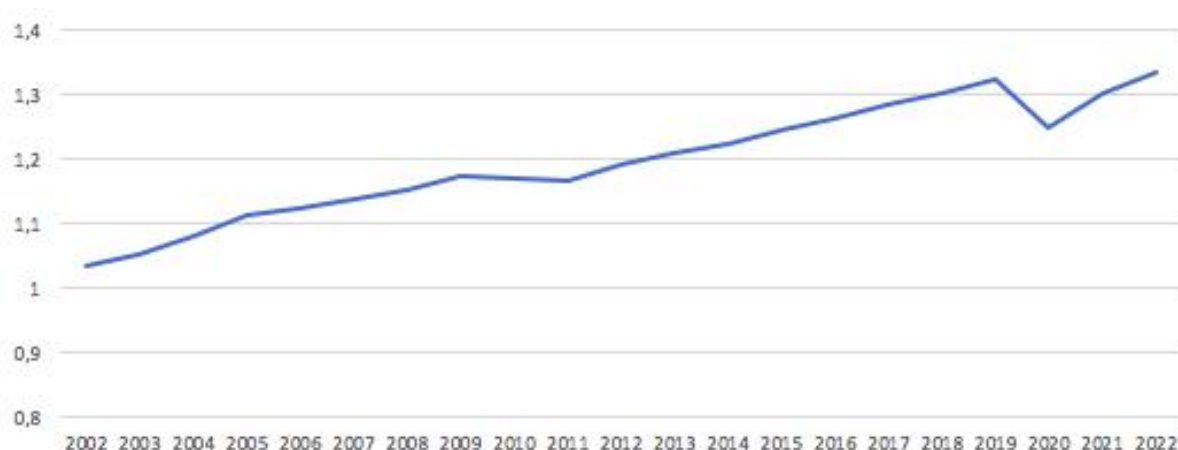
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Um outro movimento que o gráfico anterior pode apontar é que houve uma tendência de aumento dessa proporção que se deu entre os anos de 2002 e 2008. Esse leve crescimento na trajetória do parâmetro corrobora com o cenário internacional de boom das commodities, que gerou um aumento nas exportações brasileiras no período.

O agronegócio assumiu papel de alto relevo na economia nacional. Observavam-se duas mudanças de fundo: a produção de alimentos e matérias-primas agropecuárias cresceu e seu preço relativo caiu, criando os fundamentos que dariam sustentação às políticas dirigidas para, de um lado, a redução da pobreza e da desigualdade e, de outro, a geração de divisas internacionais, dois objetivos até há pouco considerados incompatíveis entre si. (VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro et al, 2016, 219)

Ao mesmo passo em que ocorreu um incremento no valor do PIB, podemos observar no gráfico abaixo que também houve uma ampliação na força de trabalho na casa de 15% no mesmo momento.

Figura 5: Variação do Volume da Força de Trabalho no Brasil 2002-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Essa tendência de crescimento mútuo do PIB e da quantidade de pessoas empregadas possibilitou uma fase de atenuação no movimento de exploração dos trabalhadores brasileiros. Essa dedução pode ser feita quando se leva em consideração que mesmo com o incremento do denominador da razão (quantidade de pessoas empregadas), o resultado final (PIB per capita com Paridade de Poder de Compra por pessoa empregada) também é positivo. É válido mencionar ainda, o movimento de ascensão de uma "nova classe média" no país, que passou a ter melhores condições de vida e uma cesta de consumo maior do que nos anos anteriores.⁸

⁸ Torna-se importante salientar que há um debate empírico que não será aprofundado no presente trabalho acerca

No entanto, esse ciclo próspero de exportações e entrada de capital estrangeiro no país é momentaneamente interrompido no ano de 2009, após a crise dos subprimes. A partir de então tem-se uma tendência de aumento mais significativo da força de trabalho, ao mesmo passo em que o PIB per capita com Paridade de Poder de Compra por pessoa empregada entra em um momento de estagnação. A interpretação que pode ser feita com isso é de que houve um descompasso entre a relação da quantidade de trabalho empregada e o valor final adicionado, no qual o resultado final é a desvalorização da força de trabalho no Brasil.

É válido mencionar ainda que os dados analisados se tratam de valores agregados, ou seja, não representam uma realidade absoluta sobre todos os trabalhadores, mas podem ser usados para apontar uma provável tendência do que ocorreu. Há um debate acerca de como se deve interpretar esses valores médios, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro tem um perfil muito heterogêneo, tal discussão não caberá ao presente estudo.⁹

O movimento de subida que se dá entre 2008 e 2019 pode representar que houve uma intensidade maior do trabalho realizado no período, em que o valor gerado por funcionário é menor do que anteriormente e é necessário a realização de mais trabalho para a obtenção do mesmo valor de troca. Tal resultado pode ser reforçado dado dois acontecimentos que marcaram o mercado de trabalho nesse período: a crise de 2008 e a criação do MEI.

A crise internacional de 2008, iniciada nos Estados Unidos com os empréstimos de subprimes, gerou impactos significativos para a economia global como um todo. As economias centrais passaram por um momento de desaceleração brusca, que representou uma

dessa nomenclatura e a suas implicações considerando a Teoria da Dependência Marxista. Para mais informações acerca do tema, ver: LUCE, Mathias Seibel em "Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?". Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/Bw9kP9zNxqHZFp6DPy87H6t/>.

⁹ Acerca da discussão sobre a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro é recomendado ler o artigo "Heterogeneidade Estrutural e Mercado de Trabalho no Brasil–2004/2014" SABOIA et al. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=2NPSFA0AAAAJ&cstart=20&pagesize=80&sortby=pubdate&citation_for_view=2NPSFA0AAAAJ:Z5m8FVwuT1cC>.

contração de suas importações. Esse cenário significou, conseqüentemente, uma redução das exportações dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, encerrando o ciclo anterior de influxo de capitais para a periferia global.¹⁰

Segundo artigo de Fachinello e Meurer (2013), houve uma queda de 15,5% das exportações brasileiras nesse período em relação ao período anterior.¹¹ Esse resultado trouxe um impacto negativo para o mercado de trabalho, resultando em uma perda significativa de postos de trabalho e uma queda do emprego formal, segundo dados do CAGED. O estudo apontou que houve uma perda de mais de 196 mil postos de trabalho formais no país entre outubro de 2008 e julho de 2009.

Dentro desse contexto, é possível inferir que a concepção Microempreendedor Individual (MEI) foi uma ferramenta encontrada pelo Governo Federal para uma atenuação dos impactos negativos da crise financeira mundial. Uma vez que a partir desse novo arcabouço legal seria possível que trabalhadores autônomos e pequenos empresários obtivessem algumas regalias em relação a cobrança de impostos, assim como uma maior facilidade para empreender no país.¹²

Embora a criação do MEI no Brasil tenha sido apresentada como uma solução para a informalidade e o desemprego, é importante fazer uma crítica aos impactos dessa política no mercado de trabalho. Por mais que esse recurso tenha facilitado a formalização dos trabalhadores informais, é preciso considerar que muitos permaneceram em uma situação precária com baixos rendimentos, que refletiram em um barateamento da mão de obra, somado à falta de proteção social e de direitos trabalhistas, que levou a uma maior insegurança do

¹⁰ Para uma visão mais detalhada desse movimento e medidas adotadas pelo governo brasileiro, é válido citar o artigo "A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira" de Thaís Damasceno Lima e Larissa Naves Deus. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1651>>.

¹¹ Para mais detalhes ver FACHINELLO e MEURER (2013)

¹² Para mais detalhes ver : OLIVEIRA, João Maria de em "Empreendedor Individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego?". Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5638/1/Radar_n25_Empreendedor%20individual.pdf>.

trabalho, com consequências negativas para a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

O resultado colateral dessa medida acabou sendo mais significativo do que se antecipara, com a implementação do MEI abriu-se uma nova brecha legal que corroborou para uma ampliação do trabalho formal para uma nova fronteira tênue com a informalidade. A flexibilização das regras para a contratação representou uma deterioração dos vínculos trabalhistas, que atingiu de forma mais contundente a parte mais vulnerável: os trabalhadores.

Tomando o indivíduo como unidade de análise, o modelo postula que, mecanicamente, aqueles que perdem o emprego formal [...] são forçados a encontrar outros meios de subsistência. Consequentemente, apresentam-se três possibilidades: ou ficam desempregados [...], ou aceitam tornar-se trabalhadores informais (mas isto pressupõe que os empregadores os contratem), ou trabalham por conta própria - empregam decidindo criarem as suas unidades de microprodução e tornarem-se trabalhadores independentes no setor informal. (Razafindrakoto et al, 2023,4-5)¹³

De acordo com as ideias expostas em "É Tudo Novo, de Novo" de Vitor Araújo Filgueiras, o incentivo ao empreendedorismo pode ser visto também como uma "roupagem" para o problema da empregabilidade. A visão de que o trabalhador é um empresário de si mesmo, como Microempreendedores Individuais ao invés de um trabalhador autônomo ou um trabalhador formal, em uma contratação direta com a empresa, faz com que ele deixe de ter um amparo legal previsto pelas leis trabalhistas estabelecidas.

Do ponto de vista dos empregadores, as novas relações trabalhistas representam uma responsabilidade menor com os trabalhadores e uma redução nos custos com pessoal. Nesse sentido, o valor do trabalho deixa de fazer parte do custo fixo e passa a ser uma parte do valor variável de produção. É como uma redução do contrato trabalhista para um vínculo sob demanda para com o capital, como uma nova força de trabalho "just-in-time"

"Em suma, busca-se sintetizar com a força de trabalho just-in-time é a necessidade, cada vez mais imperiosa, por parte da reprodução do sistema capitalista de estabelecer relações de trabalho gradativamente mais atomizadas, inclusive difundindo o trabalho

¹³ Tradução própria.

autônomo, “independente”, incentivando políticas de pejetização e de empreendedorismo.” (Fernandes, 2020, 5-6)

A noção de um trabalho por demanda e cada vez mais autônomo passa a ser cultivada pelos empresários com o estabelecimento da figura do Microempendedor Individual, como uma solução para os “gargalos” produzidos pela burocracia da legislação trabalhista. No entanto, ela representa uma piora no ponto de vista dos trabalhadores, gerando empregos mais precários e com menos direitos.

A tendência à flexibilização de direitos trabalhistas não se limitou a esse período e nem a essa roupagem. Na próxima seção serão analisadas as medidas tomadas na segunda década do século XXI, sob um cenário de crise política e econômica. Assim como uma interpretação do que essas mudanças podem ter representado para a superexploração da força de trabalho no Brasil.

3.3. Transformações das Condições Trabalhistas no Brasil Durante a Última Década (2012-2022)

Segundo o artigo "A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava Jato: A Crise Brasileira e a Vitória do Capitão Jair Bolsonaro" da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, tem-se a seguinte análise acerca do cenário do mercado de trabalho brasileiro durante o período entre 2011 e 2014:

No que diz respeito ao emprego e à renda, as isenções governamentais dadas aos empresários foram negociadas como contrapartida da manutenção do emprego nas indústrias beneficiadas, reduzindo ainda mais a taxa de desocupação, que já vinha declinando. [...] A elevação dos rendimentos reais do trabalho, associada às quedas das taxas de lucro, reacendeu a luta entre o capital e o trabalho, que fora amenizada no governo Lula. (Pinto et al, 2019, 117)

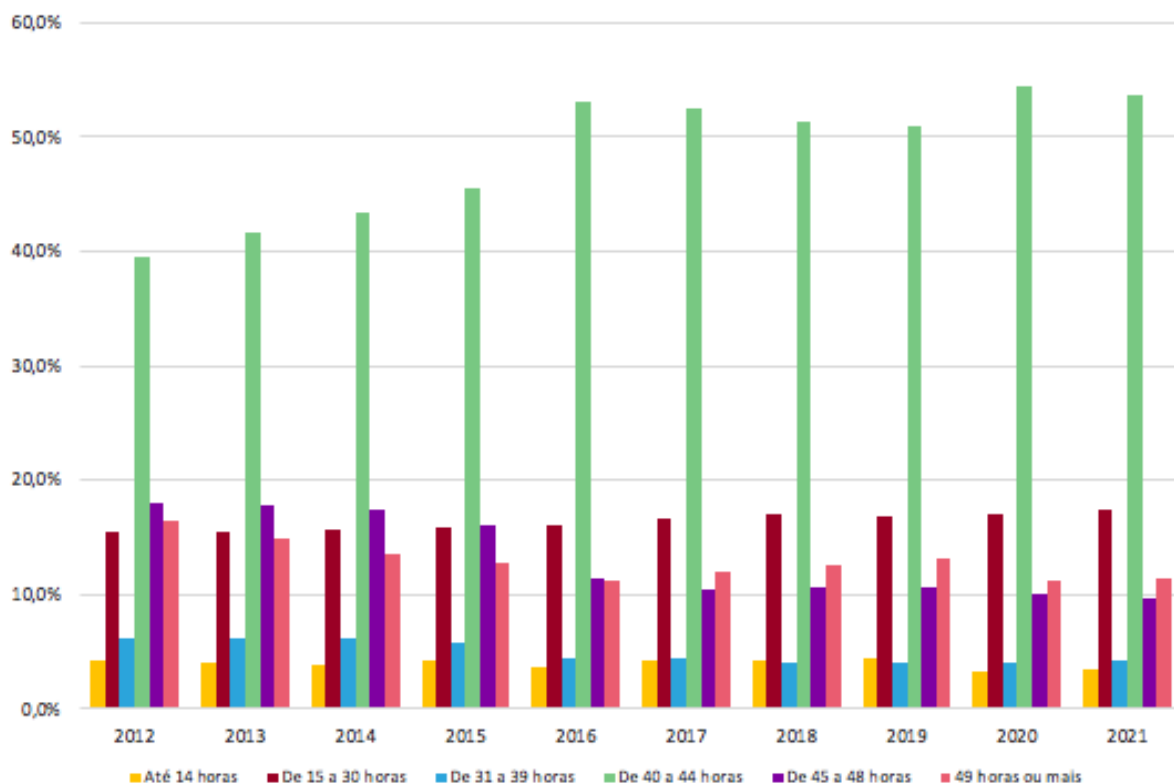
Figura 6: Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas (2012-2021)

	Até 14 horas	De 15 a 30 horas	De 31 a 39 horas	De 40 a 44 horas	De 45 a 48 horas	49 horas ou mais
2012	3.838.487	13.854.815	5.576.019	35.488.474	16.125.165	14.812.339
2013	3.715.534	14.178.623	5.599.750	38.051.988	16.288.026	13.524.764
2014	3.514.347	14.384.603	5.757.695	40.057.403	16.083.650	12.450.626
2015	3.822.584	14.645.199	5.320.454	42.115.044	14.787.328	11.709.648
2016	3.332.270	14.653.796	3.956.390	48.206.110	10.348.952	10.252.522
2017	3.867.882	15.115.131	3.952.804	47.822.786	9.528.280	10.917.792
2018	4.004.337	15.767.487	3.818.502	47.706.536	9.824.027	11.650.470
2019	4.174.715	16.069.770	3.900.353	48.392.379	10.017.956	12.400.986
2020	2.853.985	14.770.207	3.456.029	47.188.503	8.698.839	9.705.824
2021	3.017.386	15.651.595	3.812.316	48.088.945	8.688.129	10.236.866

Fonte: PnadC IBGE

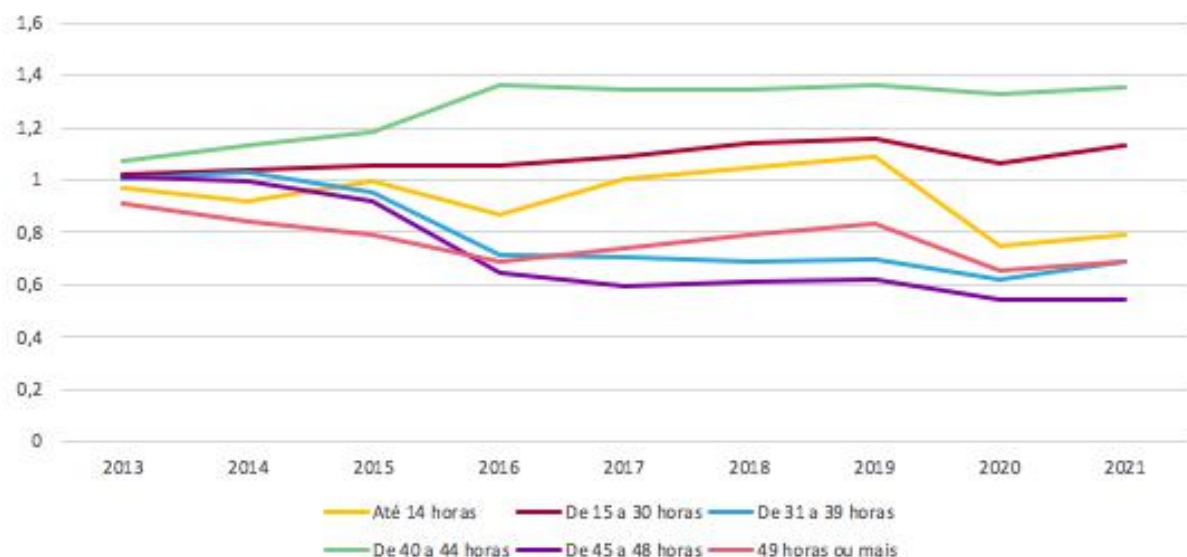
A crise brasileira de 2013 a 2016 teve um impacto severo no mercado de trabalho, gerando altas taxas de desemprego, precarização do trabalho e dificuldades para a recuperação econômica. Essa crise destacou a necessidade de políticas efetivas de estímulo à economia e de proteção aos trabalhadores durante os períodos de recessão, a fim de minimizar os impactos negativos no mercado de trabalho, promover uma recuperação sustentável e uma maior homogeneidade social (e não heterogeneidade).

Figura 7: Horas Semanais Trabalhadas em Porcentagem, por Pessoas com 14 Anos ou Mais no Brasil 2012-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

O gráfico acima aponta que no início do período analisado, as três principais faixas de horas semanais trabalhadas eram “De 40 a 44 horas” e “De 45 a 48 horas” e “49 horas ou mais”, esse dado também pode ser lido como: mais da metade da amostra de pessoas com mais de 14 anos de idade ocupadas trabalhavam habitualmente de 40 horas à mais de 49 horas a cada semana. Tal cenário começa a se alterar entre 2015 e 2016, onde há um aumento da parcela que trabalha entre 15-30 horas, e uma redução significativa da parcela que trabalha entre 45-48 horas semanais. Essa alteração pode ser lida como efeito da crise política brasileira sobre os empregos formais, a redução da jornada de trabalho muitas vezes está atrelada a subcontratações e vínculos empregatícios mais vulneráveis.

Figura 8: Taxa de Variação das Horas Semanais Trabalhadas no Brasil 2013-2021

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.¹⁴

Levando em consideração a taxa de variação das horas trabalhadas por cada segmento, como no gráfico acima, houve uma queda de quase todas as categorias em 2015 que pode ser explicada ao analisarmos um pouco o contexto político econômico brasileiro no período. O biênio 2015-2016 foi um período marcado por uma agudização da crise política – que persistiu ainda após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Enquanto no contexto econômico a conjuntura era de uma recessão que perdurava e ainda perduraria mesmo após a flexibilização trabalhista e a reforma da previdência.

Além disso, é possível apontar que a partir de 2017 houve uma tendência de crescimento das taxas relativas às categorias "Até 14 horas" e "De 15 a 30 horas", o aumento dessas parcelas pode ser um indicativo de que há mais pessoas se ocupando em subempregos. Isso se dá pelo fato de que esse tipo de vínculo contratual não ter que obedecer aos mesmos critérios que um trabalhador que cumpre 40 horas em um regime CLT, sendo suscetíveis a

¹⁴ Ano base 2012

brechas legais tanto no quesito de pagamento, como de condições trabalhistas e até de horas cumpridas efetivamente.

"O contrato de trabalho intermitente, por vezes chamado de contrato "zero hora", aumenta o tempo de disponibilidade do trabalhador para a empresa contratante. O serviço passa a ser feito de forma descontínua, sem restrições para o tipo de serviços a serem realizados e cujo pagamento será referente ao número de horas trabalhadas, não necessariamente correspondendo ao salário mínimo, sendo calculado pela proporção em relação às horas trabalhadas. (Nogueira, 2021, 145)

Em contrapartida, é possível notar que no biênio de 2015-2016 há um crescimento da faixa “de 40 a 44 horas”, o que pode ser analisado como uma melhoria da formalidade. No entanto, quando passamos a analisar também a produtividade do trabalho e a remuneração dos trabalhadores a tendência ao aumento da exploração permanece sendo um fator marcante para a produção no capitalismo dependente brasileiro.

A reforma trabalhista implementada em 2017 trouxe mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira. Ela flexibilizou algumas regulamentações, alterou a forma de contratação e trouxe novas regras para negociações entre empregadores e trabalhadores. A reforma visava estimular a criação de empregos, reduzir a informalidade e modernizar as relações de trabalho. No entanto, o que essa alteração trouxe foi mais uma brecha legal para que houvesse uma redução dos custos empregatícios através de uma diminuição dos requisitos mínimos da configuração do vínculo trabalhista.

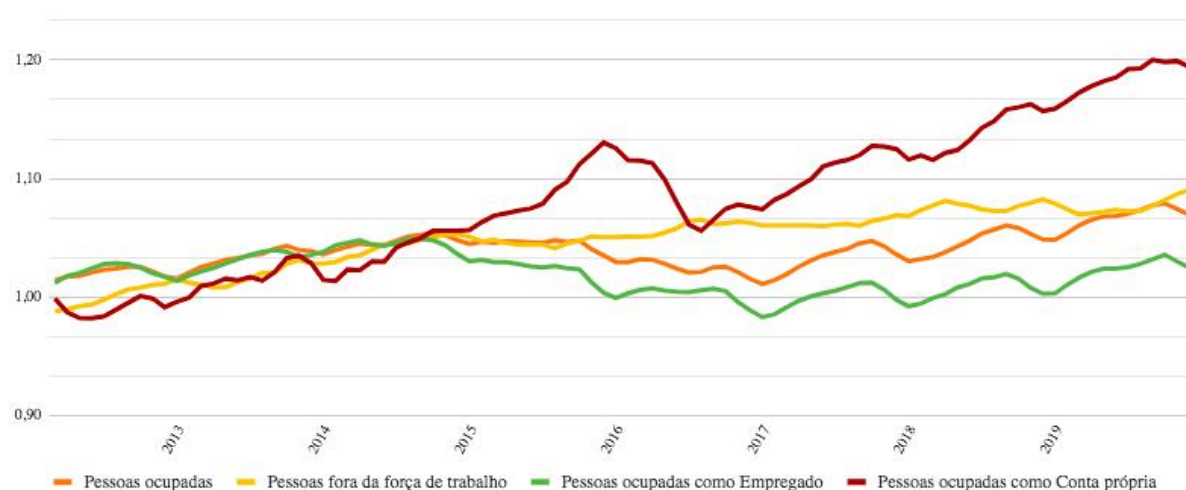
Figura 9: Quantidade de pessoas de 14 anos ou mais de idade por tipo de ocupação no Brasil 2012-2022

(Em milhares)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pessoas ocupadas	87.632	88.999	90.782	91.555	90.216	88.579	90.272	91.863	92.223
Pessoas fora da força de trabalho	60.479	61.367	62.176	63.540	63.536	64.123	64.601	65.250	67.281
Pessoas ocupadas como Empregado	61.332	62.157	63.664	63.174	61.280	60.289	60.850	61.512	61.742
Pessoas ocupadas como Conta própria	20.494	20.409	20.789	21.651	23.066	22.009	22.871	23.750	24.159

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Figura 10: Taxa de Variação do Tipo de Ocupação dos Brasileiros 2012-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.¹⁵

O que o gráfico acima demonstra é que houve uma tendência, que se iniciou entre o ano de 2014 e 2015, de um crescimento maior de pessoas ocupadas como conta própria. Esse

¹⁵ Ano base 2012.

período é bastante significativo por ser marcado por um contexto de uma redução nas taxas de crescimento da economia brasileira, então é dedutível que o mercado de trabalho estaria mais suscetível a esse tipo de movimento.

No entanto, o fenômeno explicado não é capaz de explicar por si só o aumento contínuo posterior que sofreu essa taxa, a expectativa que se deveria ocorrer, segundo os defensores da reforma trabalhista, é de uma redução no emprego autônomo que não se deu. Ao observarmos a trajetória das taxas analisadas, tem-se que a partir do ano de 2017 houve um aumento mais significativo das pessoas fora da força de trabalho e das pessoas ocupadas como “Conta própria”.

Ademais, há uma instabilidade maior em relação a taxa de pessoas ocupadas como “Empregado”, o que demonstra novamente que as alterações promovidas pelas reformas não foram capazes de gerar uma melhoria no quesito de instabilidade dos trabalhadores. O resultado aponta que quando se há uma flexibilização do emprego formal é aberta uma brecha para que ocorra um barateamento da mão-de-obra nacional, de uma maneira legalizada.

Quando se analisa o trabalho de Marx, temos que a tendência de redução de lucros que é natural ao processo de produção e acumulação capitalista, pode ser “freada” com um nível maior de exploração do trabalho. Nesse sentido, o barateamento da mão-de-obra é um fator chave para o funcionamento lucrativo desse sistema, quanto maior a intensidade do trabalho nas periferias, maior serão os ganhos de capital e a transferência de mais-valor para os países centrais desse arranjo.

O desenvolvimento da produção e da acumulação capitalistas exige processos de trabalho numa escala cada vez maior e, com isso, em dimensões sempre crescentes, assim como adiantamentos de capital cada vez maiores para a empresa. (Marx, 2017, 152)

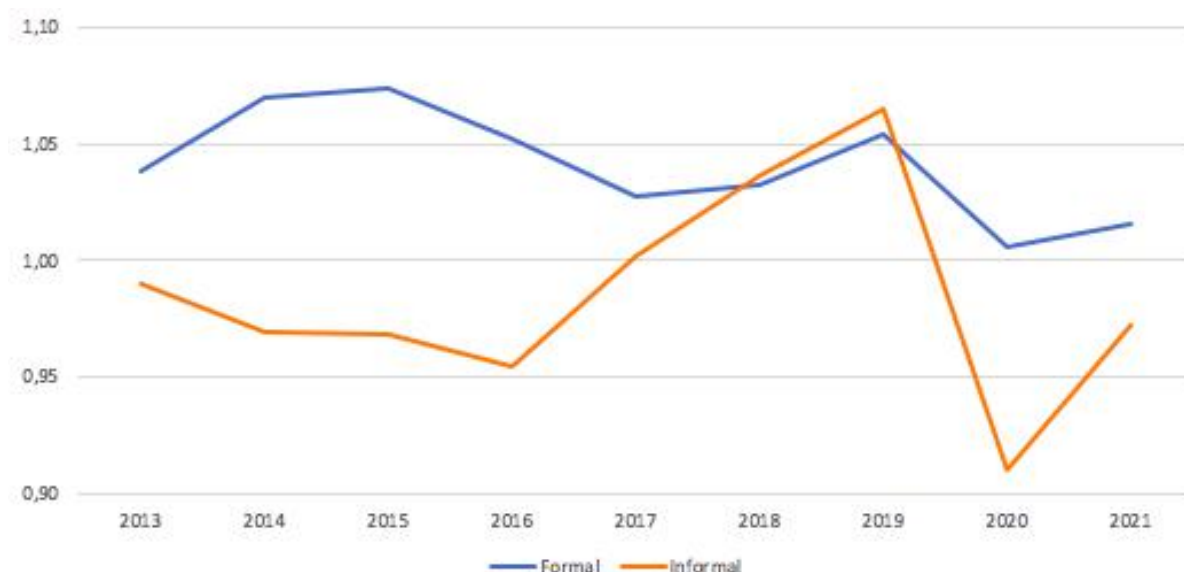
Seguindo essa dinâmica explicitada, é possível interpretar que movimentos políticos em prol de uma maior flexibilização não são ocorrências pontuais em países subdesenvolvidos

como o Brasil. Na verdade, a tendência é que isso continue ocorrendo enquanto a relação de dependência e da exportação de mais-valor em relação aos países desenvolvidos for vigente na região.

De acordo com dados da PNAD contínua, pode-se observar que a partir do ano de 2017 houve um aumento nos contratos de trabalho informal. Essa informação pode indicar que o resultado imediato da reforma trabalhista foi uma perda considerável de direitos por parte dos empregados e, conseqüentemente, uma redução do custo da mão de obra para os empresários. Isso se dá uma vez que os vínculos de trabalho informais não possuem os mesmos pré-requisitos que os de trabalho formal, fazendo com que as garantias básicas - como o décimo terceiro salário, direito a férias remuneradas, licença maternidade, seguro-desemprego, FGTS, contribuição para o INSS - passem a ser optativas aos empregadores.

A 'flexibilização' das normas trabalhistas, de fato, corta direitos, pois: a) historicamente, a lei trabalhista é flexível 'para cima', ou seja, garante direitos mínimos, mas não impede negociar condições melhores para o trabalhador que as estabelecidas por lei; b) direitos que eram flexíveis, devidos apenas em situações específicas, são eliminados nas reformas. A ideia, em suma, é que cortar custos (direitos) do trabalho estimula ou determina a ampliação da contratação de trabalhadores pelos empresários (Filgueiras, 2021, 70)

Figura 11: Taxa de Variação do Vínculo Empregatício no Brasil 2013-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

O gráfico acima mostra a Taxa de Variação do Vínculo Empregatício entre 2013 e 2021, com base nos dados fornecidos pelo IBGE. Com base nele, pode-se apontar que a trajetória inicial é de um aumento da formalização no período de 2013 a 2015. O movimento descrito pode ser justificado pelo aumento da especulação e do investimento que foi projetado no país em razão dos grandes eventos que foram realizados no país em 2014 e 2016, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, respectivamente.

Em um momento seguinte podemos ver que a partir do ano de 2016 há uma crescente considerável dos vínculos empregatícios informais. Esse dado indica que com a crise interna houve uma tendência de aumento do grau de exploração dos trabalhadores brasileiros. É importante notar também que mesmo após a implementação da Reforma Trabalhista de 2017, que tinha a premissa de melhorar a empregabilidade e os níveis de emprego no Brasil, a tendência de deterioração das condições trabalhistas aumentou além do limite já previsto pelas mudanças legais.

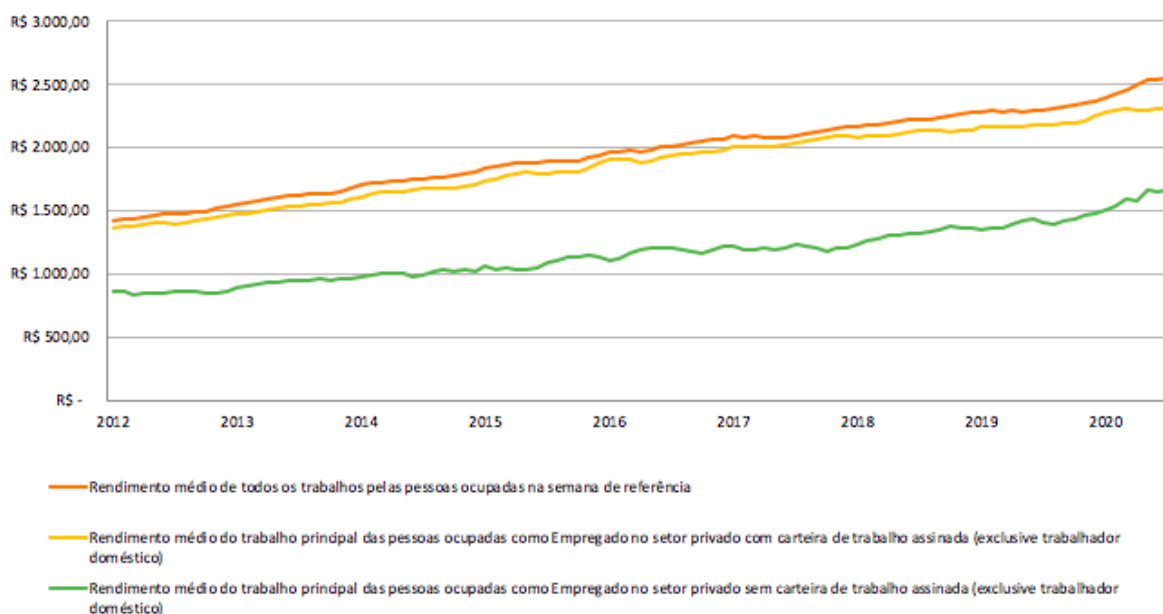
Em uma terceira instância, é possível apontar no gráfico o impacto da pandemia para

os contratos de trabalho, ainda que não seja o foco do presente trabalho. No cenário de retração forte da economia houve uma queda do emprego em geral, tanto dos trabalhadores formais quanto dos informais. No entanto, o impacto dessa crise foi mais forte para os trabalhadores informais, já que não obedecem às mesmas regras do contrato CLT são mais fáceis, e até mesmo “mais baratos”, de serem dispensados.

Em países em desenvolvimento, onde o desemprego muitas vezes não é indenizado, os trabalhadores só podem recorrer ao setor informal em tempos de crise. Na verdade, os mecanismos são mais complexos. Na crise 'canônica', os trabalhadores formais perdem seus empregos e recorrem, ou ao emprego informal, ou ao desemprego. (Razafindrakoto et al, 2023, 5)¹⁶

Em consonância com os dados e o cenário descrito acima, uma outra informação importante que se pode extrair da PNAD contínua, e relevante para o presente trabalho, é o rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas na semana de referência. No gráfico abaixo temos os valores médios recebidos pelos trabalhadores brasileiros entre os anos de 2012 e 2020, segmentado pelo vínculo empregatício.

Figura 12: Rendimento Médio do Trabalho das Pessoas Ocupadas no Brasil 2012-2020



¹⁶ Tradução própria.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A partir do gráfico acima pode-se perceber que há uma considerável diferença de rendimentos entre os trabalhadores do setor privado que não tem a carteira de trabalho assinada (em verde) para aqueles que possuem carteira de trabalho assinada (em amarelo) durante todo o período avaliado. Somado a isso, tem-se que nos anos de 2017 e 2018 há um aumento na distância entre esses indicadores, o que reforça o argumento do uso da reforma trabalhista como ferramenta para o barateamento da mão de obra.

É notória a desigualdade em todos os indicadores: os terceirizados recebem menos, trabalham mais, têm menos direitos e benefícios, são mais instáveis e estão crescendo mais do que os demais trabalhadores. Em síntese, no contexto da precarização social do trabalho que atinge a todos, estão numa condição pior que os demais. (Druck, 2017, 195)

Ademais, é válido ressaltar que o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas na semana de referência (em laranja) é superior aos dois outros indicadores em todos os anos retratados. Esse resultado aponta que há uma jornada dupla de trabalho para a compensação da baixa renda, visto que a média da massa de rendimento de todos trabalhos é superior à média do salário principal dos trabalhadores.¹⁷

Usando a “régua” criada por Marini (1973) esse processo se encaixa em um dos três mecanismos que caracterizam o cenário de superexploração da força de trabalho, nesse caso trata-se do prolongamento da jornada de trabalho. Porém, deve-se argumentar que sendo esse aumento de horas trabalhadas um fator de ter um “bônus” na renda, há uma relação também com o mecanismo de expropriação do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho.

¹⁷ É válido mencionar o debate em relação ao aumento da jornada de trabalho que foi possibilitado com a reforma trabalhista. Apesar de estar fora do escopo desse trabalho, é recomendado a leitura do artigo: “A Reforma Trabalhista Brasileira de 2017 e a Desconsideração da Duração do Trabalho como Norma Relacionada à Saúde dos Trabalhadores”, DOS REIS e PRADO.

Isso ocorre porque esse dado representa a existência de uma possível necessidade dos indivíduos de aumentar sua carga horária e a quantidade de trabalho realizado para conseguir uma remuneração decente, ou mesmo suficiente para seu cotidiano. O gráfico abaixo foi elaborado com base nos dados do IBGE sobre o rendimento médio dos trabalhadores, nele pode-se observar a razão entre o Rendimento Médio dos Empregados com carteira Assinada e os sem Carteira Assinada no período de 2012 a 2020.

Figura 13: Razão Entre o Rendimento Médio do Trabalho de Empregados com Carteira Assinada e os sem Carteira Assinada no Brasil 2012-2020



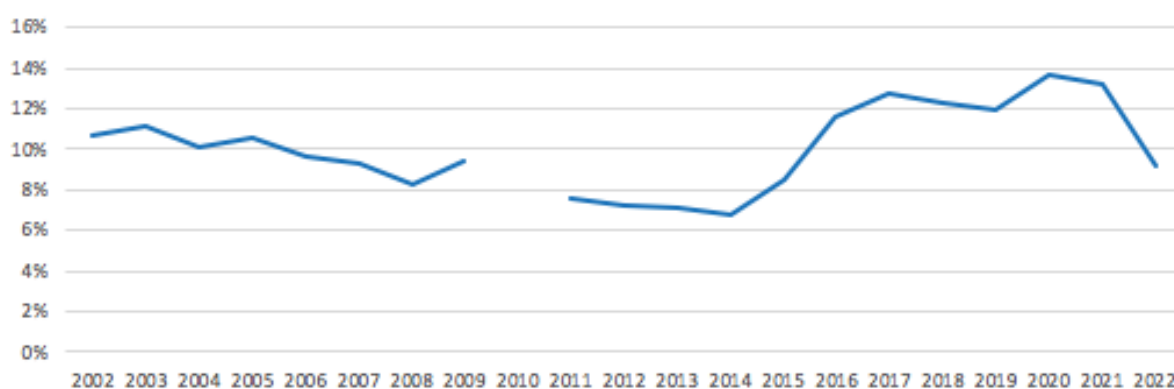
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Pode-se notar que há uma leve variação da Razão entre o Rendimento Médio dos Empregados com carteira Assinada e os sem Carteira Assinada nos anos mostrados. Entretanto, é importante salientar que no período entre 2012 e 2018 esse quociente orbita a faixa de 1,6. Esse resultado indica que os trabalhadores com carteira assinada ganharam, em média, 60% a mais do que os que não possuem carteira assinada, isto é, segundo a informação oficial que se tem acerca do emprego informal.

A própria natureza da informalidade leva a uma exiguidade e imprecisão dos dados a seu respeito. A isso se somam algumas das limitações decorrentes de nossa própria institucionalidade e das características das estatísticas produzidas no país. (Nogueira, 2016, 16)

Com isso em vista, é possível reforçar a noção de que o aumento da informalidade não representa apenas uma redução de benefícios para esses trabalhadores, mas também uma efetiva redução salarial. Tal fato pode corroborar com o aumento do grau de exploração dos trabalhadores em prol do acúmulo de capital por parte dos empresários. Comprovando a premissa da Teoria da Dependência Marxista de que a busca por lucros exorbitantes nos países dependentes ocorre às custas da força de trabalho.

Figura 14: Porcentagem da População Economicamente Ativa Desempregada no Brasil 2002-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.¹⁸

No gráfico acima temos a Porcentagem da População Economicamente Ativa Desempregada durante os 20 anos estudados. Esse dado foi escolhido por ser considerável mais fidedigno com os objetivos do trabalho, uma vez que segundo a definição de desemprego utilizada pelo IBGE para elaboração da PNAD Contínua só se considera como desempregado o indivíduo que procurou trabalho nos últimos 3 meses, desconsiderando a existência dos

¹⁸ Na Base de Dados do Banco Mundial não há informações da população economicamente ativa desempregada acerca o ano de 2010, por algum motivo esse ano não consta nas tabelas até o presente momento de elaboração do trabalho.

desalentados e do desemprego estrutural.¹⁹

Tendo essa figura como base, há um aumento nítido do desemprego a partir de 2014, essa tendência de alta se mantém até 2020. É importante notar também que no período logo após a Reforma Trabalhista há uma redução pequena da subutilização da força de trabalho. Porém, levando em consideração que esse novo aparato legal resultou em condições trabalhistas mais flexíveis, não tem como afirmar que houve uma melhora na superexploração com essas novas relações de trabalho estabelecidas.

Portanto, é difícil apontar se essa redução representou de fato uma melhora para os brasileiros. Nesse sentido, quando se admite a realidade desse “novo” emprego tem-se que muitos dos vínculos empregatícios estabelecidos após a reforma trabalhista podem ser considerados mais frágeis, caracterizando uma exploração maior dos trabalhadores.

"É frequente que os trabalhadores contratados como intermitentes sejam admitidos e depois deixados de lado pelas empresas, pois estas podem manter o contrato sem passar serviço nem ter qualquer ônus. Na prática, estamos falando de desempregados que possuem um vínculo formal de emprego" (Filgueiras, 2021, 75)

Com o fim da pandemia, também houve uma rápida retomada dos empregos no Brasil, mas muitos desses novos postos de trabalhos foram criadas sob uma dinâmica diferente. Sobretudo o simples fato de serem posterior à Reforma Trabalhista pode representar que parte desses novos postos atendem a regras mais flexíveis do que os contratos estabelecidos antes desse marco legal.

Do ponto de vista econômico, uma das principais lições de nossa análise é a tremenda resiliência do mercado de trabalho brasileiro. O retorno gradual aos equilíbrios macroeconômicos anteriores, bem como a grande estabilidade das matrizes de transição diante do mais importante choque já registrado na história do país, nos levam a questionar a natureza do impacto da pandemia. (Razafindrakoto et al, 2023,18)²⁰

¹⁹Ver artigo do IBGE acerca da metodologia utilizada: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=Assim%2C%20para%20algu%C3%A9m%20ser%20considerado,casa%20que%20n%C3%A3o%20trabalha%20fora>

²⁰ Tradução própria.

Ainda é cedo para compreender a complexidade do emprego e das relações trabalhistas que foram estabelecidas no pós-pandemia, mas levando em consideração a estrutura de acumulação capitalista no Brasil, a Teoria Marxista da Dependência aponta para a manutenção e até aumento da superexploração da força de trabalho no país.

Na seguinte sessão concluiremos o trabalho apresentado levantando o debate acerca da teoria e dos dados analisados na monografia, afim de fornecer algumas respostas para as questões levantadas na introdução.

4. Conclusão

Em suma, o trabalho presente buscou avaliar como se deu a precarização das condições de trabalho no Brasil no período de 2002-2022 sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência. Em uma primeira instância, foi necessário discorrer sobre a importância desse marco teórico para a compreensão das particularidades presentes nos países Latinoamericanos, como o Brasil, que os tornam incompatíveis com os moldes do modelo de desenvolvimento liberal. Ademais, o uso do trabalho de Marini e dos mecanismos identificados por ele para a compreensão da superexploração da força de trabalho foram fundamentais para interpretar o cenário vivido pelos trabalhadores do país.

Nesse sentido, o histórico de colônia sucedido de uma “alocação” na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de commodities resultou em um fortalecimento das elites e das desigualdades sociais internas, principalmente no Brasil. Com isso, a produção do país esteve muito ligada às demandas externas, fazendo-o muito suscetível às crises internacionais, à falta de abastecimento e à manutenção de baixos salários.

A expectativa que se tinha no início do trabalho era de que houvesse um movimento contínuo de desvalorização do trabalho e de um aumento da exploração dos trabalhadores durante todo o período. O resultado que se obteve, no entanto, não foi tão uniforme ao longo dos 20 anos estudados, tendo momentos de melhorias sociais e outros de pioras em relação as relações trabalhistas. Mesmo assim, foi possível notar que há uma forte tendência para essa deterioração dessas relações de trabalho, ainda que não seja constante, ela acaba desencadeando efeitos mais significativos e duradouros.

Durante a primeira década estudada, entre 2002 e 2012, pode-se salientar que o boom das commodities, aliado com políticas sociais do Governo no período, representou um momento de aumento da renda do país com uma suavização da desigualdade social. Consequentemente, as condições trabalhistas também tiveram melhoras, como demonstrado na seção 3.2.

Ainda assim, ao longo desse período houve um marco importante para a flexibilização dos direitos trabalhistas que foi a criação de um novo segmento de caracterização do trabalho com o Microempendedor Individual (MEI). Essa nova categoria possibilitou com que muitos contratos de trabalho fossem firmados como uma simples contratação de serviço, limitando os direitos a qual os trabalhadores teriam acesso e iniciando um processo conhecido como “pejotização” no país. Essa desvinculação do trabalho, que também pode ser lida como um aumento da informalidade, é uma forma de usar o aparato legal para baratear a mão-de-obra no Brasil.

Dessa forma, a adoção da Teoria Marxista de Dependência se torna elemento fundamental para explicar esse fenômeno, uma vez que a leitura liberal não compreende a possibilidade de uma piora de condições trabalhistas em momentos de crescimento e de elevação de renda. Tendo isso em vista, a dialética da dependência argumenta que a falta de uma mudança estrutural ou na forma de acumulação de capital nos países periféricos será sempre em prol de gerar lucro para as elites locais, não necessariamente beneficiando concomitantemente os trabalhadores, na verdade se mostrando muitas vezes contrária a isso.

De acordo com essa lógica, há uma tendência inerente ao sistema capitalista de redução das taxas de lucro, essa tendência pode ser revertida, porém, com um aumento da superexploração do trabalho. Essa premissa é duplamente verdadeira no Brasil uma vez que, além do contexto normal em que o aumento da produção aumenta custos, a posição do país no mercado internacional e a desigualdade interna faz com que os trabalhadores não sejam o público-alvo dos produtos. Com isso, um aumento da informalidade e da exploração da força de trabalho muitas vezes não representa uma redução da demanda para os produtores necessariamente, sendo apenas uma redução de custos.

Em seguida, é necessário analisar os resultados obtidos referentes a outra metade do

período estudado, a década de 2012 a 2022. Essa década estudada é fundamentalmente diferente do que foi visto no período anterior, marcada por crises internas e internacionais e mudanças mais incisivas para as relações trabalhistas. No período de 2015 a 2016, a crise política no país impactou fortemente a economia brasileira, houve um aumento muito significativo das pessoas empregadas por conta própria, como evidenciado na seção 3.3. Como avaliado pela Teoria Marxista da Dependência, isso pode representar uma parcela maior da força de trabalho que está sujeita a condições piores de trabalho.

Ademais, no ano de 2017 foi aprovada a Reforma Trabalhista que, como visto no Capítulo 3, significou uma flexibilização dos direitos considerados básicos aos trabalhadores. Nesse sentido, a tendência de aumento da exploração da força de trabalho é confirmada no cenário brasileiro, sendo um movimento duradouro para as relações trabalhistas. E mesmo com essa piora em relação aos direitos, o cenário posterior não representou uma recuperação tão significativa em relação ao desemprego, vide seção 3.3.

Por fim, deve-se reconhecer as limitações deste estudo, como a dificuldade de obter dados em relação a quantidade de empregos por trabalhadores, ao trabalho informal pós-pandemia e mesmo um índice que pudesse demonstrar de forma mais concreta o nível de exploração dos trabalhadores. Assim como limitações dos próprios indicadores que acabam sendo adotados como um proxy do movimento, mas que não representam tão fidedignamente a realidade heterogênea do mercado de trabalho no Brasil. Essas limitações fornecem oportunidades para pesquisas futuras, que poderiam se aprofundar mais na questão da informalidade, no fenômeno dos trabalhadores por aplicativo tanto de carona como de entrega, assim como abordar diferentes questões adicionais em relação a superexploração da força de trabalho.

5. Referências:

BANCO MUNDIAL, **Brasil:** banco de dados. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 11, p. 191-205, 2013.

DIEESE, **Salário mínimo nominal e necessário:** banco de dados. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DOS REIS, Jair Teixeira; PRADO, Antônio Zoti. A reforma trabalhista brasileira de 2017 e a desconsideração da duração do trabalho como norma relacionada à saúde dos trabalhadores. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 6, n. 01, p. e246-e246, 2019. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13919>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DOS SANTOS NOGUEIRA, Camilla. **Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração.** Lutas Anticapital, 2021.

DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores.** Ministério Público do Trabalho. Saúde e segurança do trabalho no Brasil, p. 183-204, 2017. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/102258684/978-85-66507-15-7.pdf#page=184>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FACHINELLO, Arlei Luiz; MEURER, Roberto. **Impactos da crise financeira internacional de 2008-09 no mercado de trabalho brasileiro.** Ensaios FEE, v. 38, n. 1, p. 163-184, 2017. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/3602>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FERNANDES, Vinicius Tomaz. **Individualização das relações de trabalho e Microempreendedor Individual (MEI).** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33154>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **"É tudo novo", de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital.** Boitempo editorial, 2021.

FRANK, Andre Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento.** Sinal, 1968. Disponível em: <<https://editorialampiao.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/06/7-andrc3a9-gunder-frank-o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2023.

FREIRE, Denise Guichard; SABOIA, João. **Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros: uma análise desagregada de inativos e desocupados**. Economia e Sociedade, v. 30, p. 811-844, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/KDLZCkr5QY6PJ7kStWDdMCB/?lang=pt>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: banco de dados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 21 out. 2023.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Revista Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1651>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?**. Trabalho, educação e saúde, v. 11, p. 169-190, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/Bw9kP9zNxqHZFp6DPy87H6t/>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Traduzido por Marcelo Carcanholo. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3829831>>. Acesso em: 15 set. 2023

MARX, Karl. **O capital-Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. Boitempo Editorial. 2017.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Texto para discussão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

OLIVEIRA, João Maria de. **Empreendedor individual: ampliação da base formal ou substituição do emprego?**. 2013. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=dd6469d7-35f1-4ed0-ba16-a8e65a506047&highlight=WyJtZWkiXQ==>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

PINTO, Eduardo Costa et al. **A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro**. Revista da sociedade brasileira de economia política. Rio de Janeiro. N. 54 (set./dez. 2019), p. 108-147, 2019.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Repositório da CEPAL, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/50689718-2ada-4456-b409->

70a661a61edc/content>. Acesso em: 15 set. 2023.

RAZAFINDRAKOTO, Mireille; ROUBAUD, François; SALUDJIAN, Alexis. **Crises, informalité et reconfigurations du marché du travail: quatre décennies de bouleversements économiques au Brésil**. Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs, n. 33| 2nd semestre, 2022.

RAZAFINDRAKOTO, Mireille; ROUBAUD, François; SALUDJIAN, Alexis. **Crises, labour market and informality in Brazil: the Covid-19 shock in the light of past dynamics**. Third World Quarterly, p. 1-22, 2023.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. 1817.

SABOIA, João; HALLAK, João. **Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000**. Economia e Sociedade, v. 27, n. 01, p. 265-285, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=2NPSFA0AAAAJ&cstart=20&pagesize=80&sortby=pubdate&citation_for_view=2NPSFA0AAAAJ:SP6oXDckpogC>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SABOIA, João et al. **Heterogeneidade Estrutural e Mercado de Trabalho no Brasil–2004/2014**. IE-UFRJ Texto para Discussão, v. 5, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=2NPSFA0AAAAJ&cstart=20&pagesize=80&sortby=pubdate&citation_for_view=2NPSFA0AAAAJ:Z5m8FVwuT1cC>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SABOIA, João et al. **Mercado de trabalho, salário-mínimo e distribuição de renda no Brasil no passado recente**. Revista de Economia Contemporânea, v. 25, n. 2, p. e212521, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/PfsVrtZPhMvPFv8hsD8R4fk/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SABOIA, João et al. **O Mercado de Trabalho no Brasil nas Crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças**. 2020. IE-UFRJ Texto para Discussão, v. 025, 2021. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_025_2021_SABOIA_ROCHA_VILLACORTA_MARTINEZ_SOARES.pdf> . Acesso em: 21 jul. 2024

SADER, Emir. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Editora Vozes. 2000.

VALADARES, Alexandre Arbex; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago Chaves. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo**. 2017. Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8131>>. Acesso em 04 jun.

2024.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro et al. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Repositório do Conhecimento do Ipea. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6876>> . Acesso em: 05 mar. 2024.